

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.415.173 - SP (2018/0329996-1)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : JOSE ROBERTO ALVES DE CAMPOS
AGRAVANTE : MARILDA ELIZETE CONSORTE DE CAMPOS
ADVOGADOS : CLEBER SIMÃO CAMPARINI E OUTRO(S) - SP286950
MARCUS VINÍCIUS DE MORAIS JUNQUEIRA - SP175803
FLAVIA CAROLINE MARSOLA - SP223725
AGRAVADO : ANTONIO CARLOS DOMICIANO
AGRAVADO : VANESSA DE FATIMA MORGUETTI DOMICIANO
ADVOGADOS : FABIANO FRANCISCO E OUTRO(S) - SP206783
DANIEL PICCININ PEGORER - SP212733

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por JOSE ROBERTO ALVES DE CAMPOS E OUTRA contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

"REIVINDICATÓRIA - Direito dos proprietários ao uso, gozo e disposição do bem - Previsão do artigo 1.228 do Código Civil vigente - Demonstração segura da aquisição mediante regular registro imobiliário - Exceção de usucapião - Não caracterização - Ausente cumprimento dos requisitos para seu reconhecimento - Sentença confirmada - RECURSO NÃO PROVIDO" (e-STJ fl. 273).

No recurso especial, alega-se violação do art. 1.238, parágrafo único, do Código Civil, ao fundamento de que o acórdão recorrido não analisou de forma correta o conjunto probatório dos autos, pois é incontroverso nos autos que os recorrentes utilizam a área da servidão de passagem como se donos fossem desde o ano de 1998, sem qualquer oposição do proprietário, haja vista o fechamento da passagem para a rua, sendo tal situação confirmada pelo depoimento pessoal do recorrido e de uma testemunha.

Com as contrarrazões, foi negado seguimento ao recurso especial, dando ensejo à interposição do presente agravo.

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A insurgência não merece prosperar.

Com efeito, as conclusões do tribunal de origem acerca da ausência dos requisitos necessários ao reconhecimento da usucapião decorreram inquestionavelmente da análise do conjunto fático-probatório carreado aos autos, o que se pode facilmente aferir a partir da leitura dos fundamentos do julgado atacado, que ora se colaciona, na parte que interessa:

“(…)

A tese de usucapião não se aplicaria ao caso, pois, embora possível reconhecer a inversão da qualidade da posse, certo é que requisito essencial não foi cumprido, o temporal.

A extinção da servidão de passagem ocorreu em 15.07.2011, contando-se o prazo para a alegada posse pelos réus com intenção de donos a partir desta data.

Com a citação operada em 10 de junho de 2013 (fls. 51/v), não havia transcorrido o decurso do prazo prescricional de quinze anos da usucapião extraordinária, considerando-se ser este o prazo aceitável para o caso dos autos, diante ausência de justo título pelos réus.

Assim, não socorre aos réus a defesa de usucapião diante não cumprimento do requisito do lapso temporal” (e-STJ fl. 274).

Nesse contexto, denota-se que o acolhimento da pretensão recursal demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, o que se mostra inviável ante a natureza excepcional da via eleita, a teor do enunciado da Súmula nº 7 deste Superior Tribunal.

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Na origem, os honorários sucumbenciais foram fixados em R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), os quais devem ser majorados para o patamar de R\$ 1.875,00 (mil, oitocentos e setenta e cinco reais) em favor do advogado da parte recorrida, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, observado o benefício da gratuidade da justiça, se for o caso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de março de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator